

REFLEXÕES SOBRE OS DISCURSOS E OS PROCESSOS IDENTITÁRIOS DE GÊNEROS E SEXUALIDADES

CLEBER MENEZES⁷

RESUMO

Propomo-nos neste artigo promover reflexões acerca de como os discursos criam as identidades e, ao mesmo tempo, os processos identitários criam os discursos em um constante movimento de retroalimentação. O recorte dado foi a discussão do gênero e sexualidade a partir de vivências e experiências do autor dialogando com o cenário atual de disputas entre grupos de ideologias distintas. A metodologia é baseada em revisão bibliográfica. O trabalho está organizado em três partes, além da introdução e considerações finais, abrindo as discussões sobre as identidades, passando pelo diálogo sobre os discursos como instrumentos de poder e finalizando com um debate mais restrito aos gêneros e sexualidades. Percebe-se ao final deste trabalho que há uma disputa discursiva sobre as identidades de gênero e sexualidades, tendo de um lado grupos conservadores que desejam manter as normas estabelecidas que conflitam com os discursos que reivindicam as diversas possibilidades de existir.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Identidades; Gênero; Sexualidade.

ABSTRACT

In this article, we propose to promote reflections on how discourses create identities and identity processes create discourses in a constant movement of feedback. The cut given was the discussion of gender and sexuality based on the author's experiences in dialogue with the current scenario of disputes between groups of different ideologies. The methodology is based on a bibliographic review. The work is organized in three parts, in addition to the introduction and final considerations, opening discussions about identities, going through dialogue about discourses as instruments of power and ending with a debate more restricted to genders and sexualities. It can be seen at the end of this work that there is a discursive dispute about gender identities and sexualities, with conservative groups that want to maintain the established norms that conflict with the discourses that claim the various possibilities of existing.

KEYWORDS: *Speech; Identities; Gender; Sexuality.*

⁷ Unemat

Introdução

Somos seres que vivem a partir da construção de discursos que regem nossas rotinas, nossa maneira de pensar e agir e que muitas vezes acabamos por replicar normas e performances pré-estabelecidas como verdades universais sem questionar, naturalizando muitas práticas e modelos. Chegamos a nos punir e censurar quando saímos do padrão, pois mesmo antes de nascer, já somos bombardeados por discursos que irão se reiterar constantemente ao longo de nossas vidas.

Os processos identitários fazem uso dos discursos para afirmar ou negar os pertencimentos estabelecidos. Somos moldadas/os pelos sistemas culturais dos quais fazemos parte e que são reforçados através da família, mídia, da escola, da igreja, do Estado e outras instituições sociais. Em um mundo liquefeito nos deparamos com contradições, com mudanças sociais e identitárias constantes e com relações cada vez mais efêmeras, que precisam dialogar com conservadorismos que não desejam mudar a forma de pensar e agir sobre o mundo, reforçando preconceitos enraizados.

Quando o assunto é gênero e sexualidade, esse embate torna-se maior ainda. Negam que estamos falando de processos identitários e se blindam atrás de discursos bíblicos, biológicos e ideológicos. A ignorância, o desconhecimento e o negacionismo povoam estes discursos contrários as identidades que se constituem fora da norma.

Apartir deste cenário, nos dispomos a discutir neste artigo, como os discursos e os processos identitários estão diretamente conectados, em que um retroalimenta o outro em uma construção cíclica, gerando novos conceitos, refutando naturalizações e promovendo novas perspectivas de ser e existir.

1. Identidades em (re)construção

Ao longo dos anos, os discursos vêm sendo construídos e subliminarmente (ou não) vão moldando as sociedades, por meio da cultura que se estabelece e que se reinventa a partir das diversas formas de saber e que através das relações de poder que cada instituição exerce sobre assuntos específicos, são criados laços e embates para fazer valer a “verdade” do seu discurso sobre os demais.

Seguindo a lógica da epistemologia de Bauman, que desenvolve o conceito de liquidez para falar da modernidade, do amor, das relações, dos tempos e da vida, referindo-se à pós-modernidade como este espaço de fluidez e inconsistência que se apresentam como traços essenciais das relações sociais, nos tornamos seres multifacetados e fragmentados (HALL, 2006) e que se identifica através da relação Eu e Outro no processo de socialização

(DUBAR, 1997).

Desta maneira fomos levados/as a conviver cotidianamente com conflitos internos a partir da crise do pertencimento (BAUMAN, 2005) e crise de identidade (HALL, 2006), que nem sempre são coerentes, além de nos depararmos com incongruências a partir de nossas amizades, famílias, trabalhos, escolas, religiões, legislações e culturas da qual fazemos parte.

Em meio a todo esse emaranhado, nos encontramos imersas/os em um mundo cada vez mais fluido e efêmero, com identidades que se sobrepõem e se desenvolve em um cenário de configurações de interdependências, que torna nossas decisões cada vez mais difíceis a respeito das coisas mais simples do nosso dia-a-dia como, por exemplo, qual roupa vestir, até situações mais complexas, como é o caso dos processos identitários de gênero. Uma vez que, estando tudo interligado, qualquer ato impacta na/o outra/o e, como em uma cadeia cíclica, tudo se move e se (des)reorganiza dando origem a uma nova configuração de relações entre sujeitas/os, discursos, cenários e arenas de disputas.

Vivemos em um eterno processo de (des)reconstrução, em que as referências e modelos instituídos estão cada vez mais móveis e flexíveis (HALL, 1996, 2003, 2006; BAUMAN, 2005, 2013; CANCLINI 2006; BHABHA, 2007; FOUCAULT, 2015, 2015a e 2016). Apesar desses autores possuírem distinções teóricas e analíticas, bem como, investigam a sociedade a partir de diferentes contextos espaço-temporal, que vai do cenário pós-colonial até a pós-modernidade, eles convergem ao nos permitir pensar as identidades como processos relacionais que se desenvolvem a partir de referências culturais e relações de poder.

Esta compreensão de disputas e instabilidades das identidades dialoga diretamente com a alteridade que impacta a vida das pessoas trans nos seus processos identitários de gênero, assim como as pessoas não-binárias. Quanto a sexualidade todas as identidades desviantes, ou seja, todas as sexualidades não-heterossexuais esbarram nesse mesmo contexto, gerando conflitos com grupos conservadores que não admitem nada para além do sistema cisheteronormativo .

Entende-se por cisheteronormatividade um sistema social que age sobre todas as pessoas determinando um padrão de normalidade e naturalidade apenas para as pessoas cis e heterossexuais. E tudo e todas/os que não seguem esta norma serão visto como desviantes, anormais e marginais. Isto inclui a ideia de que existe apenas o binarismo de gênero, masculino e feminino, considerando que relações sexuais são normais somente entre pessoas cis de gêneros diferentes. (MENESES, 2021, p. 26).

Em contrapartida aos avanços da diversidade cultural no cenário político e nas relações sociais, o movimento conservador tem ressurgido com bastante força nas diversas áreas

(científica, religiosa, política, legislativa, educacional e familiar), tendo como base uma lógica estruturalista, moralista e essencialista, como acontecia no fim do século XIX e início do século XX, quando a diferença era hierarquizada e interpretada como desigualdade (ENNES, 2016).

Esta onda conservadora vem travando uma batalha contínua para tentar reverter o avanço da legitimação da diversidade cultural e manter todas as identidades dentro de caixinhas bem definidas e fixas, para manutenção da “estabilidade”, fato que é reforçado pelo multiculturalismo (CANCLINI, 2006) como observa criticamente Ennes (2016) ao analisar o processo de descentramento que se intensificou nas décadas de 1970 e 1980:

Nessa nova fase, no entanto, os guetos funcionam mais como fortaleza para quem está dentro. Isto é, o multiculturalismo significou, também, uma maneira de se resguardar em sua particularidade, sua diferença, sem ser molestado pelo outro. Sob qualquer sinal de ameaça e questionamento do modo de ser e estar no mundo corre-se para dentro da fortaleza e com isso encerra-se o debate político e eliminam-se os pontos de interseção da vida pública. O multiculturalismo, nesse sentido, ao invés de favorecer o intercâmbio cultural levou à produção de fortalezas identitárias. (ENNES, 2016, p. 229-230)

A busca pelo reconhecimento da diferença, como prevê o multiculturalismo, nos leva a re-essencialização das identidades dos grupos subalternizados? Quando se desenha uma nova configuração nas relações de poder, estes grupos tendem a se reafirmar perante os grupos hegemônicos para delimitar seu território e nesta ação acabam por fixar uma nova identidade.

Neste sentido, Ennes apresenta o interculturalismo como uma visão mais complexa para pensar a sociedade contemporânea, pois “seria capaz de dar visibilidade e inteligibilidade às relações culturais e de poder que são, ao mesmo tempo, marcadas pela diferença e pela desigualdade” (ENNES, 2016, p. 233).

Compreendendo a incompletude e intersecção das culturas que revelam os híbridos culturais (CANCLINI, 2006), poderíamos dizer que as identidades estão em processo, por serem identidades inacabadas.

A partir desta ideia, ENNES (2001) ao pesquisar os imigrantes japoneses em uma cidade do interior de São Paulo, percebe que o diálogo entre as duas culturas (brasileira e japonesa) envolve um mundo de relações simbólicas e práticas em constante mutação, estando em movimento contínuo de resignificação, como em um eterno jogo de negociação entre o ser e não ser a partir das alteridades que se estabelecem a cada situação contextual e relacional.

Sendo assim, nos deparamos com uma rede de relações que temos “a produção do pertencimento, da alteridade, e da desigualdade, não são processos excludentes, ao contrário, são interdependentes” (ENNES, 2016, p. 233, grifo do autor). E nessa conexão necessária entre o estabelecido e o outsider (ELIAS; SCOTSON, 2000), que oportuniza a ressignificação ou surgimento de novas identidades e discursos.

2. O discurso como instrumento de poder

Em meio a todo esse processo, temos o discurso como algo intangível que se constitui e se desenvolve no mundo das ideias através da epistemologia e performances sociais, mas também que pode ser interpretado como algo concreto, considerando sua materialidade adquirida por meio do significante dos signos (SAUSSURE, 2003), sendo estratégicos para o desenvolvimento das relações de poder.

Então, podemos entender o discurso como um objeto de desejo (FOUCAULT, 2013) pelo qual se luta e quer se apoderar, porque através dele pode-se exercer a disciplina, proibição, coação, controle, inclusão e exclusão, bem como, estabelecer padrões normativos e/ou romper com os mesmos.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2013, p. 9-10).

Tomando como referência a semiótica, imaginamos o discurso como algo que não está restrito a linguagem verbal, mas, sim, a todo um conjunto de expressão verbal e não verbal que perpassa várias áreas e utiliza-se de infinitos diálogos por meio dos signos criados para construir e fundamentar ideias.

E é por meio deste misto de estratégias comunicacionais que ideologias e verdades são mantidas como legítimas, até que a criação de novos signos ou ressignificação dos signos existentes entrem no jogo e criem discursos alternativos que minem a legitimidade dos discursos até então tidos como o único caminho.

A semiótica é a ciência que investiga todas as linguagens possíveis, ou seja, tem como objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido. (SANTAELLA, 1986, p. 15).

Todos estão cercados por uma infinidade de signos. Cada vez mais as pessoas são levadas a compreender diferentes signos, a descobrir como interagem com os objetos, como pensam e se emocionam. Linguagem verbal e não verbal se misturam. Na fotografia, no cinema, no rádio, na televisão, nos hipertextos, na hipermídia, enfim, tudo é linguagem, tudo é signo. (REBELLO, 2017, p. 1104).

Os grupos hegemônicos estão sempre em busca de manter o domínio sobre os discursos para torná-los uma ideia consensual e tida como verdade, levando-os a legitimidade social. Sendo assim, a sociedade é pensada e estabelecida tendo como referência o discurso legitimado e naturalizado construído pelos grupos que exercem o poder hegemônico, constituindo os padrões sociais.

Para combater e desconstruir as normas estabelecidas por estes discursos, que se consolidaram ao longo dos séculos, exige um esforço e desgaste imenso, sendo necessário criar novas epistemologias, descortinar as/os sujeitas/os invisibilizadas/os pela/na história e conquistar o endosso de um maior número de instituições sociais, para que este novo enunciado tenha capacidade de ser reconhecido como legítimo. Para Foucault:

Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de forças; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas. (FOUCAULT, 2015, p. 111)

Pesquisas contemporâneas com base nos estudos de gênero, estudos queer, estudos feministas e estudos das sexualidades têm se debruçado sobre o conceito de gênero e de sexualidade em diálogo com os movimentos sociais, promovendo mudanças epistemológicas importantes que têm impactado nas políticas e programas públicos, em sujeitas/os e discursos, dando visibilidade a estes temas e revelando como esses dois marcadores, dentro de sua diversidade, são importantes para a discussão de direitos humanos.

A partir das perspectivas técnico-científicas que estas teorias apresentam, é possível subverter e contestar “verdades” e “essencialismos” desenvolvidos pelos discursos e teorias heteronormativas, que até o momento eram, e para muitos ainda são interpretadas como legítimas. Desta maneira, temos que compreender que:

[...] os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos. (FOUCAULT, 2015, p.39).

Esses discursos determinam as normas sociais e estabelecem os padrões aceitáveis,

agindo de forma consciente ou inconsciente sobre todas as pessoas, determinando os comportamentos e regras de conduta de cada indivíduo. “O conjunto desses discursos geram uma cortina de fumaça confusa para os oprimidos, o que os faz perder de vista a causa material de sua opressão e os mergulha em uma espécie de vazio a-histórico” (WITTIG, 2006, p. 46, tradução nossa). Desta maneira, vemos mulheres reproduzindo o machismo, gays reproduzindo a homofobia, pessoas negras reproduzindo o racismo, por estarem imersos em um sistema que naturalizou estes fenômenos. Sendo assim, até quem faz parte dos grupos oprimidos acaba por cometer as práticas sem nem perceber o que estão fazendo com seus pares.

Além dos discursos supracitados, há um discurso importante e fundamental, que é o da educação. Este tem a escola como primeiro espaço social que uma criança acessa, sem a supervisão e controle dos pais, para estabelecer contatos com o diferente, com o novo. É um cenário de descobertas e formação que impacta diretamente na identificação e significação de cada coisa, de cada atitude e sentimento. Esta bagagem soma-se ao aprendizado que as crianças obtêm no seu círculo familiar, com os vizinhos e nas manifestações culturais que têm acesso.

É de extrema relevância que na educação básica, e que assim seja com a educação subsequente e continuada, esteja muito bem sedimentada sob a perspectiva da diversidade, preparando estas/es novas/os cidadãs/ãos para convivência social com o múltiplo, o diferente, o igual e o desigual, de forma natural. Mas, o que se pratica na escola é justamente o oposto, através de uma cultura da violência pratica-se a intolerância e discriminação.

A negação de identidades - ou a discriminação de pessoas pela orientação sexual, religião ou pela cor da pele, dentre outras - constitui uma violação dos direitos humanos, uma grave violência simbólica e tornou-se crime no Brasil através da lei 7.716/89. Por isso, a escola é desafiada a ressignificar sua função social, ou seja, construir uma práxis educativa compreendendo a sua complexidade e partindo do princípio de que todas/os são sujeitas/os de direitos.

3. Discursos e as identidades de gênero e sexual

Em diálogo com o cenário escolar abordado na última seção, apresentaremos a experiência da minha trajetória pessoal. As memórias que povoam meu imaginário sobre o espaço escolar são representadas por opressão, exclusão e injúria. Até hoje carrego traumas que impactam em minha autoestima, fruto de discursos hegemônicos que me enxergavam e me levavam a ter a mesma interpretação de quem me julgava, que eu era uma pessoa

inferior por conta da minha sexualidade e classe social. Estamos falando do principal colégio particular da época de uma cidade do interior do estado de Sergipe, no Nordeste brasileiro, vinculado a igreja católica e dirigido por freiras franciscanas, ao qual só tive acesso através de uma bolsa de estudos integral viabilizado pelas articulações que minha avó paterna tinha na cidade.

Era um ambiente que não me via representado, pelo contrário, era estimulado a ser quem eu não era, tornei-me um outsider da classe social e da sexualidade naquele cenário. Precisava negociar esses marcadores sociais a todo instante, vindo a protagonizar muitos conflitos com o núcleo estudantil e com as freiras, recebendo opressão constante do grupo hegemônico, tornando-me uma pessoa insegura e tímida. Este é o resultado que muitas crianças e adolescentes passam na escola, que deveria ser um espaço de acolhimento, mas acaba por representar uma reprodução da sociedade conservadora que não sabe lidar com as diferenças.

A ausência de discursos e representações da diversidade sexual e cultural nos conteúdos e atividades escolares reforçava esse sentimento para elas/es e para mim, pois se não havia possibilidades de desconstrução das normas, não havia contradiscursos e nem mesmo problematizações a respeito do diverso, aflorava em mim o sentimento de culpa por ser diferente e estar desfrutando deste espaço de privilégio, que era a escola particular. Era necessário silenciar e conviver neste ambiente hostil para ter acesso à educação de qualidade e não perder a bolsa de estudos.

Os discursos, fruto das relações de poder, impactam diretamente nas políticas públicas de educação em relação à população LGBTQIA+, tendo como exemplos: as disputas que ocorreram no contexto do sistema educacional do Brasil com um recorte para a população LGBTQIA+; a problematização da escola como um espaço onde a alteridade reflete a violência; a 2ª Conferência Nacional de Educação - Conae, realizada em 2014, que tivemos 27 proposições estratégicas aprovadas relacionadas explicitamente à questão de identidade de gênero, diversidade sexual e a população LGBTQIA+.

Além do veto em 2011 ao “Programa Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual”, que foi lançado pelo Governo Federal em 2004 com o propósito de garantir os direitos políticos, sociais e legais conquistados pelas lutas do movimento LGBTQIA+. Esses são alguns exemplos que refletem conquistas e retrocessos no campo político e legislativo relacionado aos direitos da população trans na esfera da educação (MENESES, 2016) .

O combate à heteronormatividade tem sido mobilizado pela academia e movimentos sociais, e em relação à população trans que ficou invisibilizada por tanto tempo, sendo

relegada a subalternidade por não compor o grupo que era legítimo a falar e pensar sobre o assunto, temos as obras de Foucault (1999, 2015, 2015a e 2016), dos diversos estudos LGBTQIA+ (BUTLLER, 2000, 2002, 2002a e 2003; HALPERIN, 2007; LOURO, 2004 e 2012; PELÚCIO, 2007, 2008 e 2009; BENTO, 2006, 2008, 2011 e 2014; ERIBON, 2001; PRECIADO 2008, 2010; TREVISAN, 1986), aliados aos estudos feministas (BEAUVOIR, 1970; SCOTT, 1995; WITTIG, 2006).

Estas referências apresentam argumentos que são frutos de embates aos discursos até então considerados legítimos. Por meio do empoderamento político conquistado via movimentos sociais e debates acadêmicos (não-hegemônicos) na filosofia e ciências sociais, revela novas possibilidades e novos olhares sobre a temática.

As “minorias” têm conseguido desenvolver um contradiscurso em relação às instituições sociais (igrejas, sistemas jurídicos, escolas e famílias), às disciplinas acadêmicas, à psicologia e às ciências médicas/psiquiatria e psicanálise, que disseminaram por muito tempo que a população LGBTQIA+ era marginal, desviante e patológica, portanto, seres abjetos .

Entre os vários discursos sobre gênero e sexualidade, destacam-se na atual conjuntura, os que se referendam os Estudos Queer, que são pesquisas que começam a ganhar notoriedade na década de 1990 e se opõe a heteronormatividade, difundindo o discurso de um mundo sem rótulos, podendo cada sujeita/o ser como quiser e da forma que quiser no que tange ao gênero. Saem do binarismo do homem/mulher para multiplicidades de gêneros, desnaturalizando não só o gênero, mas também a sexualidade, por compreender se tratar de processos identitários que são construídos socialmente.

Para o queer, não há certo ou errado, há apenas o diverso. “Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”, diz Louro (2004, p. 38). “O termo queer surge como uma questão que levanta a questão da força e da oposição, da estabilidade e da variabilidade dentro da performatividade” (BUTLER, 2002, p.58). E ainda diz: “Queer adquire todo o seu poder precisamente através da repetida invocação que o relaciona a acusações, patologias e insultos.” (BUTLER, 2002, p.58). Desta maneira, pensar queer é pensar na contramão das normas, é subverter.

Falando a partir das margens, os teóricos queer buscam não só romper com o binarismo, conforme discutido até aqui, ou questionar noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, que tem permeado os debates das Ciências Sociais, mas também conferir um certo contorno ontológico àqueles que tem sido sistematicamente destituídos do privilégio da ontologia. (PELÚCIO, 2007, p. 40)

Os Estudos Queer se propõem a analisar a constituição das/os sujeitas/os e suas identidades

através das experiências culturais vivenciadas, com foco na crítica aos discursos normalizantes, hegemônicos e universalizantes, subvertendo o binarismo sexual dado e revelando a possibilidade da multiplicidade identitária possível.

Ao discutir sobre transgeneridade, por exemplo, não há como deixar de acionar a epistemologia queer, uma vez que as pessoas trans são a representação mais palpável da desconstrução da inteligibilidade que o sistema heteronormativo reivindica. O discurso queer também tem sido utilizado pelos movimentos sociais LGBTQIA+ por ser inclusivo e visibilizar esta população que sempre viveu às margens em contraste ao pensamento cishétero.

[...] o pensamento heterossexual desenvolve uma interpretação totalizante da história, da realidade social, cultural, linguagem e todos os fenômenos subjetivos. Não posso deixar de enfatizar aqui o caráter opressivo do pensamento heterossexual em sua tendência a universalizar imediatamente sua produção de conceitos, para formular leis gerais que se aplicam a todas as sociedades, todos os tempos, todos os indivíduos. (WITTIG, 2006 p. 51-52, tradução nossa)

Quando se pensa em romper com o binarismo de gênero desencadeia uma ameaça a todo um sistema político, econômico e social que foi constituído e se sustenta com base nesses discursos naturalizados e tomados como verdade única. Por isso é tão difícil questionar, desconstruir e promover uma reflexão sobre o que se entende por gênero, porque para isso se faz necessário legitimar novas terminologias, novas histórias, novas/os sujeitas/os.

[...] é necessário abrir a caixa preta dos processos de construção do gênero e da sexualidade que, se são construídos, podem ser desconstruídos, reconstruídos, manipulados, transformados, etc. Creio que esse seja o trabalho do feminismo. (PRECIADO, 2010, p. 4)

O grupo vai crescendo, diversificando-se e ganhando notoriedade, exigindo, por exemplo, que a sujeita do feminismo não fique restrita a um único tipo de mulher, afinal, a sujeita do feminismo são as mulheres ou as diversas representações do feminino? As discussões provocadas pelo movimento social adentram a academia e vice-versa, em um processo de retroalimentação, a exemplo do feminismo que “teve também uma relação mais direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico” (HALL, 2006, p. 45).

Por meio do discurso a sociedade promove e produz: inclusões, exclusões e interdições, controles sociais, coerções, ordens e desordens, sexualidades, desejos, gêneros, poderes, rejeições, razão e loucura, verdades, mentiras, doutrinas, normas, dogmas e todas as representações sociais que conhecemos. Poderíamos dizer que o discurso é o princípio e o fim de todas as coisas? Nestas disputas pela “verdade” temos o surgimento de novas

disciplinas no meio científico, religiões são reformadas e categorias e grupos sociais novos surgem, trazendo consigo novos discursos que vão desde a epistemologia até performances sociais, exigindo do Estado a criação de leis para tentar harmonizar a diversidade cultural que é pulsante. E nesta arena discursiva, quem pode falar? Sobre o quê, onde, como e de que forma pode falar? Afinal, existe verdade? Mais precisamente, não se deve imaginar um mundo dos discursos dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. (FOUCAULT, 2015, p. 110).

Nos palanques políticos, casas legislativas, igrejas e escolas, o gênero tem se tornado pauta constante e ganha centralidade a partir de caminhos opostos, seja pensando-o para além do binarismo, desconstruindo verdades fundadas a partir da moral e da biologia ou reificando este discurso. Também temos a partir deste contexto uma discussão sobre os corpos, prazeres, desejos, famílias e outras questões relacionadas a este debate. Qual o corpo ideal? O que posso ou não fazer com meu corpo? Quais desejos são legítimos? Existe um tipo padrão de família? Mulheres cis são as únicas que podem se tornar mães? E o que dizer sobre homens trans que se tornam gestantes?

São inúmeros questionamentos que são levantados a partir do debate dos gêneros e sexualidades. Enquanto houver resistências haverá persistências e perseverança para desconstruir naturalizações que insistem em considerar um mundo fixo e lido a partir dos olhos da hegemonia cisheterossexista.

Considerações finais

A partir de discursos que se legitimaram e instituíram uma hierarquia em que o masculino é representado como superior ao feminino e tentam se sustentar sob a simplicidade do binarismo, vimos como as problematizações trazidas pelos movimentos sociais, o pós-estruturalismo e estudos de gênero rompem com esses padrões, trazendo uma nova perspectiva sobre as identidades sexuais e de gênero, ampliando suas possibilidades para além do binário, desestabilizando as relações de poder e desconstruindo as “verdades” impostas.

A sexualidade e o gênero permeiam todos os espaços e sujeitas/os, sendo acionados ou invisibilizados, vigiados, produzidos e reproduzidos, muitas vezes transformados em tabu e outras vezes problematizados de modo a transgredir normas. Por meio do discurso, as relações de poder se estabelecem e cria-se um imaginário do “certo” e “errado”, delimita-se o universo do masculino e feminino, bem como das práticas sexuais e prazeres

que cabe a cada pessoa, por meio de um sistema cisheteronormativo que se estabeleceu e se mantém ao longo dos séculos.

Este sistema age da forma mais sutil até a mais violenta possível, indo do discurso às performances, sendo tudo muito bem definido e justificado com base em “tradições” e na “legitimidade” de instituições sociais que se declaram como aptas a falar sobre o assunto.

Ao romper com esse sistema, os discursos desviantes passam a ser ouvidos para além de seus “guetos”, começam a ganhar notoriedade e visibilidade através dos movimentos sociais que agora estão para além das ruas, fazem parte do mundo líquido e estão nas redes sociais e nas mídias. A academia que passa a ter pesquisadoras/es que fazem parte da população LGBTQIA+ e passam a contar sua própria história e a questionar discursos estabelecidos. E até um dos espaços mais difíceis de conquistar a representatividade desta população, o legislativo, hoje já é habitado por gays, lésbicas, mulheres e homens trans colocando como pautas os direitos relacionados a forma de ser e existir para além das normas.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2013.

BRASIL. Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. *Diário Oficial da União*, Brasília, 6 jan. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em: 11 mar. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo. Fatos e Mitos (Vol. 1)*. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo. A experiência vivida (Vol. 2)*. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero, na experiência transexual*/ Berenice Bento. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo; Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. Labrys. Estudos feministas. Nº4. ago/dez, 2003. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/berenice1.htm>.> Acesso em: 30 de nov. 2022.

BENTO, Berenice. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. Depoimento [Julho - Dezembro, 2014]. 43. ed. Campinas: Revista Pagu. Entrevista concedida a Diego Mado Dias, 2014.

BUTLLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira L. (Org.). O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. Tradução Tomáz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 151-172.

BUTLLER, Judith. Criticamente Subversiva. In: Jiménez, Rafael M. M. (Org.). Sexualidades Transgressoras: uma antologia de estúdios queer. Barcelona: Icaria, 2002, pp. 55-79.

BUTLLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BUTLLER, Judith. Gender Trouble: Feminism and Subversion of Identity. New York: Routledge, 2006a.

BUTLER, Judith. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. Florianópolis: Rev. Estud. Fem. v.10 n.1, 2002a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009. Acesso em 12 Mar. 2023.

CANCLINI, Nestor García (1989). Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

DUBAR, Claude. A socialização: construção das identidades sociais e profissionais. Tradução. Anette Pierrette R. Botelho e Estela Pinto R. Lamas. Portugal: Porto editora, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENNES, Marcelo A. A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo. São Paulo, Editora da Unesp, 2001.

ENNES, Marcelo A. Produção da diversidade: identidades e imigração. Revista da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS, v.4, nº 8, 2016, p. 217-242.

- ENNES, M. e MARCON, F.. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. Porto Alegre: Revista Sociologias, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 274-305.
- ERIBON, Didier. Reflexões sobre a questão gay. Trad. Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FOUCAULT, M. (1987). Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, M.. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- FOUCAULT, M.. História da Sexualidade: a vontade do saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2015.
- FOUCAULT, M.. Microfísica do Poder/Michel Foucault. Org. Roberto Machado. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a.
- FOUCAULT, M.. Em defesa da sociedade. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n. 24, 1996.
- HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais / Stuart Hall; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende ... et al. - Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. , Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALPERIN, David. “La política queer de Michel Foucault”. In: HALPERIN, David. San Foucault: para una hagiografía gay. Tradução Mariano Serrichio. Argentina: Ed. Literales, 2007. p.p. 33-159.
- LOURO, Guacira Lopes. O corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. Os Estudos Queer e a Educação no Brasil: articulações, tensões, resistências. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n.2, jul-dez 2012, pp. 363-369.

- MENESES, Cleber. Descomplicando as identidades LGBTQIA+. 1.ed -Paulo Afonso, BA: Oxente, 2021.
- MENESES, Cleber. O Corpo Abjeto na Escola Heteronormativa: como a população LGBTQIA+ se relaciona com a cultura da violência nos espaços educacionais. In: Seminário Nacional de Sociologia da UFS, 1, 2016, São Cristóvão. Anais [...] São Cristóvão: UFS, 2016. p. 973 - 988.
- PELÚCIO, Larissa. Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.
- PELÚCIO, Larissa. Travestis brasileiras: singularidades nacionais, desejos transnacionais, paper apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, Bahia, Brasil, p. 1-24, 2008.
- PELÚCIO, Larissa. Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia). São Carlos: UFScar, 2007.
- PRECIADO, Beatriz. Tecnogênero. In: PRECIADO, Beatriz. Testo Yonqui. Madrid: Ed Espasa Calpe, 2008.
- PRECIADO, Beatriz. Entrevista com Beatriz Preciado, por Jesús Carrillo. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes da Universidade Federal Fluminense. Revista Poiésis, n 15, p. 47-71, Jul. de 2010.
- REBELLO, Ilana Silva. Do signo ao texto, da língua ao discurso: de Saussure a Charaudeau. Niterói: Revista Gragoatá, v.22, n. 44, p. 1103-1122, set.-dez. 2017.
- SANTAELLA, Lúcia. O que é semiótica. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. 25 ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação & Realidade. 1995. p. 71-99.
- TREVISAN, João. Devassos no Paraíso - a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade. Editora Max Limonad 2º Ed., 1986.
- WITTIG, Monique, El pensamiento heterosexual y otros ensayos. Traducción de Javier Sáez y Paco Vidarte. Barcelona: Editorial EGALES, S. L, 2006. ISBN 84-95346-97-4. Disponível em: <http://www.caladona.org/grups/uploads/2014/02/monique-wittig-el-pensamiento-heterosexual.pdf>. Acesso em: 04 de Out. 2022.